

Relatório da Base de Abastecimento (SBR)



Version 1.1 (Draft) November 2015

For further information on the SBP Framework and to view the full set of documentation see www.sustainablebiomasspartnership.org

Document history

Version 1.0: published 26 March 2015

Version 1.1 (Draft) dated XXXX.

© Copyright The Sustainable Biomass Partnership Limited 2015

Índice

1	Informação Geral	1
2	Descrição da Base de Abastecimento	2
2.1	Descrição Geral	2
2.2	Ações desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima	9
2.3	Programa de amostragem de corte final	9
2.4	Quantificação da Base de Abastecimento	9
3	Exigência para Avaliação da Base de Abastecimento (SBE)	11
4	Revisão do Relatório	12
4.1	Revisão pelos pares	12
5	Aprovação do Relatório	13

1 Informação Geral

Nome do produtor: José Afonso & Filhos, SA. (JAF)

Localização: Zona Industrial de Açude Pinto. 6160-301 - Oleiros - PORTUGAL

Posição geográfica: 37° 06' 25.06" N, -7° 66' 21.27" W

Pessoa de Contacto: Francisco Fernandes
Zona Industrial de Açude Pinto. 6160-301 - Oleiros – PORTUGAL
Telefone: 00351 272 680 110, email: comercial@jaf-madeiras.com

Website: <http://www.jaf-madeiras.com>

Data do Relatório: 01/02/2016

Fecho última Auditoria: 15/01/2016, Oleiros.

Entidade Certificadora: NEPCon Spain I C

Translations from English: Sim

Normas SBP utilizadas: Standard 2 version 1.0, Standard 4 version 1.0, Standard 5 version 1.0

Weblink para as Normas: <http://www.sustainablebiomasspartnership.org/documents>

Avaliação de Risco Regional reconhecida pelo SBP: não aplicável

Weblink para SBE: não aplicável

Weblink par SBR: http://jaf-madeiras.com/certificacion/Supply_Base_Report.pdf

Indicar como a presente avaliação se enquadra no ciclo das Avaliações da Base de Abastecimento				
Avaliação Principal (Inicial)	Primeira Manutenção	Segunda Manutenção	Terceira Manutenção	Quarta Manutenção
X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2 Descrição da Base de Abastecimento

2.1 Descrição Geral

José Afonso & Filhos, SA. (JAF) foi criada em 1990, situada no interior da povoação de Oleiros, Distrito de Castelo Branco, sendo nessa altura uma pequena serração de madeiras.

Nos últimos anos, a serração foi por diversas vezes modernizada, tendo atualmente 8 linhas de serração de madeira, com as quais produz cerca de 60.000 m³/ano.

Junto a serração, em 2008 foi construída e colocada em laboração a fábrica de pellets, com capacidade para cerca de 70.000 t ano, e em 2010, foi construída e colocada em laboração a fábrica de Briquetes, com capacidade para cerca de 7.000 tano. Em 2011 foi efetuada uma renovação total da frota, tendo sido adquiridas 26 viaturas MAN novas. A empresa também dedica-se a atividade de exploração florestal.

Com esta estrutura, a **JAF** consegue otimizar suas operações e o aproveitamento da matéria-prima lenhosa.

A empresa adquire madeira em rolo, estilhas e serradura, essencialmente de Pinho ou Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), como matéria-prima para seus processos industriais (serração, fábrica de pellets e fábrica de briquetes). Para processos de secagem, para além da biomassa de Pinho (rolaria fina, cascas, resíduos e sobrantes), também pode ser utilizada rolaria fina e sobrantes de Eucalipto (*Eucalyptus* spp.).

O abastecimento do último ano (Dezembro de 2014 a Novembro de 2015) é assim caracterizado:

Material	Origem	Espécie	Quantidade (t)
Madeira em rolo adquirida em pé ou em pilha (Para serração ou Trituração)	Espanha	Pinho	11.200,33
	Portugal	Pinho	31.742,16
Madeira em rolo adquirida na porta da fábrica (Para serração ou Trituração)	Portugal	Pinho	85.689,57
Estilha e serradura própria (resíduos da serração)	Portugal	Pinho	65.468,64
Estilha e serradura adquirida na porta da fábrica	Portugal	Pinho	41.507,55
Biomassa própria (casca e outros resíduos da serração)	Portugal	Pinho	1.811,14
Biomassa própria (rolaria fina, casca e sobrantes da exploração)	Portugal	Pinho e Eucalipto	7.915,47
Biomassa adquirida na porta da fábrica (casca e outros resíduos da serração)	Portugal	Pinho	825,60

A madeira adquirida em pé ou em pilha provém de áreas florestais de Portugal (91,3%) e de Espanha (8,7%). Em Portugal, a exploração florestal e o transporte ficam a cargo da própria empresa, atividades executadas no âmbito do seu Sistema de Gestão da Cadeia de Custódia. Em Espanha, a exploração é feita por empresas contratadas, sendo o transporte feito pela própria empresa.

De Portugal, a madeira provém essencialmente da região centro, de áreas florestais pertencentes maioritariamente aos distritos de Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Leiria, Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda e Bragança.

De Espanha, a origem da madeira são principalmente áreas florestais localizadas próximo às fronteiras com Portugal, pertencentes as Comunidades Autónomas da Galiza, Castela e Leão e Estremadura, havendo atualmente a possibilidade de ter origem em qualquer região de Espanha, uma vez que a empresa tem expandido seus mercados e procura rentabilizar o transporte com a aquisição de madeira próximas dos locais de entrega.

A madeira em rolo (Para serração ou trituração) e a biomassa (rolaria fina, casca e sobrantes da exploração) adquirida “na porta da fábrica” provém exclusivamente de áreas florestais de Portugal, principalmente do distrito de Castelo Branco e vizinhos, sendo fornecida por cerca de 50 pequenas e médias empresas que compram a madeira em pé e fazem a exploração e o transporte do material.

A madeira triturada (estilha e serradura) que é adquirida “na porta da fábrica”, provem de fornecedores que entregam o material produzido (estilha) ou resultante do processo de serragem (serradura) de aproximadamente 14 serrações de Pinheiro-bravo, as quais, por sua vez, também se abastecem de madeira oriunda de áreas florestais de Portugal, principalmente das proximidades das mesmas, podendo no limite ter madeira oriunda de qualquer região do país, bem como de Espanha, principalmente de áreas junto as fronteiras, desde a Galiza até a Estremadura.

Portanto, a área de abastecimento inclui o território continental Português e potencialmente todo o território continental Espanhol.

Em Portugal, a Indústria de celulose, aglomerados e serração consome cerca de 3.000.000 t/ano de material lenhoso de Pinho. A indústria da produção de pellets consome anualmente cerca de 1.4 milhões de toneladas de biomassa, tendo 24 unidades de produção no país.

A **JAF** produz cerca de 70.000 t/ano de pellets, tendo um nível de consumo de matéria-prima florestal na ordem das 100.000 t/ano. São valores intermédios considerando 2 empresas semelhantes localizadas num raio de aproximadamente 50 km, das quais uma tem produção inferior a 50.000 t/ano e a outra superior a 100.000 t/ano.

Relativamente às serrações, estas são mais numerosas na região, mas com dimensões e consumos menores.

Existe ainda, a Indústria de celulose em Portugal que consome cerca de 6.000.000 t/ano de Eucalipto.

O sector florestal da Península Ibérica, é uma riqueza estratégica do ponto de vista ambiental, económico e social. Ao considerarmos a Península Ibérica como uma unidade dentro da UE, esta apresenta um total de 28.715.000 ha de carácter florestal, sendo 48% da superfície dos dois países Portugal e Espanha, deixando a Península Ibérica em 4º lugar depois de países importantes como a Suécia, Finlândia e França.

A superfície florestal explorada na Península Ibérica, totaliza 8.852.000 ha (15% do território), menos que os países mais florestais, mas bastante acima do resto da UE, da qual se extraem aproximadamente 25,5 milhões de m³ anuais.

Portugal tem aproximadamente 9.8 milhões de habitantes e 8.7 milhões de hectares de área. De acordo com os dados preliminares do último Inventário Florestal Nacional, a Floresta Portuguesa ocupa 3.2 milhões de hectares, o que corresponde a 35,4% do território nacional, uma das maiores proporções de áreas florestadas da Europa.

A tendência de diminuição no uso do solo floresta, de acordo com os dados dos IFN de 1995, 2005 e 2010, deve-se especialmente à redução ocorrida nas áreas temporariamente não arborizadas (áreas ardidas, cortadas e em regeneração). Efetivamente, ainda que entre 1995 e 2005 as áreas ardidas e cortadas tenham aumentado, muito provavelmente em resultado das elevadas áreas ardidas ocorridas em 2003 e 2005, entre 2005 e 2010 todas as áreas não arborizadas apresentaram uma tendência de redução, justificando a redução global da área florestal. No entanto, é também de salientar o aumento da área arborizada entre 1995 e 2010.

Uso do Solo em Portugal – 2010

Fonte: ICNF – Inventário Florestal Nacional, Resultados Preliminares, 2013

- 35% Floresta
- 32% Matos e Pastagens
- 24% Agricultura
- 5% Urbano
- 2% Águas Interiores
- 2% Improdutivos

Ocupação Florestal em Portugal Continental – 2010

Fonte: ICNF – Inventário Florestal Nacional, Resultados Preliminares, 2013

- 26% Eucalipto / *Eucalyptus spp.*
- 23% Sobreiro / *Quercus suber*
- 23% Pinheiro Bravo / *Pinus pinaster*
- 11% Azinheira / *Quercus rotundifolia*
- 6% Pinheiro Manso / *Pinus pinea*
- 2% Carvalhos / *Quercus spp.*
- 1% Castanheiro / *Castanea sativa*
- 6% Outras Folhosas
- 2% Outras Resinosas

A superfície florestal cuja espécie dominante é o Eucalipto representa a maior área do país (812 mil ha; 26%), o Sobreiro/ a segunda (737 mil ha; 23%), seguido do Pinheiro-bravo (714 mil ha; 23%). A área ocupada por espécies resinosas corresponde a 31% da floresta portuguesa, sendo a restante (69%) ocupada por espécies folhosas.

A propriedade florestal é maioritariamente privada, com 2,8 milhões de hectares, ou seja, 84,2% da área total detida por pequenos proprietários de cariz familiar dos quais 6,5% são pertencentes a empresas industriais. As áreas públicas correspondem a 15,8% do total, dos quais apenas 2% (a menor percentagem da Europa) são do domínio privado do Estado.

A dimensão da propriedade florestal tem uma distribuição geográfica muito marcada, sendo que o grande número de prédios se situa no Norte e Centro, onde as explorações chegam a atingir dimensões com menos de 1 hectare. Estima-se que existem mais de 400 000 proprietários florestais no país.

Apesar do elevado número de proprietários e a pequena dimensão da propriedade florestal, os bens produzidos por esta via criam no seu conjunto 5% do VAB (Valor acrescentado bruto) da economia, representando cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 14% do PIB industrial.

A estrutura empresarial portuguesa na fileira florestal conta com algumas das mais representativas empresas europeias do sector. Do ponto de vista de transações para o mercado internacional de produtos florestais e de base florestal, os mais importantes são: papel e cartão, pasta de papel, cortiça, madeira e produtos de resina e mobiliário.

De acordo com a informação constante no relatório de caracterização da fileira florestal 2014, promovido pela Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (AIFF), para o período temporal de referência 2011-2013, a balança comercial associada às indústrias da fileira florestal apresenta um saldo positivo de 2.474 milhões de euros (2013), correspondendo a 9,1% do total das exportações nacionais de bens e a 3,4% do total das importações nacionais de bens. A fileira florestal representa ainda 2,2% do total de pessoas ao serviço das empresas em Portugal e 1,7% do total de população empregada.

Em 2012, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura apresentou um aumento de 3,9% em volume e 2,4% em valor, relativamente a 2011. No que se refere à Produção da Silvicultura registou-se igualmente um aumento de 4,3% em volume e de 3,6% em valor, relativamente a 2011. Neste mesmo ano, o VAB das indústrias da fileira florestal representou 1,2% do VAB nacional, tendo mantido um peso significativo na totalidade das indústrias transformadoras (cerca de 11%).

A floresta em Portugal é a base de um sector da economia que gera mais de 260 000 de postos de trabalho diretos e indiretos (113 mil empregos diretos) representando 5% do emprego industrial.

De acordo com o “Diagnóstico del Sector Forestal Español” Análisis y Prospectiva - Serie Agrinfor/Medioambiente nº 8”, Espanha tem 18,4 milhões de ha de superfície florestal, representando 36,3% do território nacional, sendo a terceira maior extensão dos países europeus. Atualmente, 68,6 % da superfície florestal nacional é privada e 31,4% é pública, principalmente de autoridades locais (Ayuntamientos).

Existe uma enorme diversidade, tanto na quantidade de espécies presentes como na variedade de formações florestais. De acordo com o Inventario Florestal Nacional, mais de 80% das áreas florestais são compostas de duas ou mais espécies.

Segundo a publicação “Criterios e Indicadores de gestión forestal sostenible en los bosques españoles” do MINISTERIO DE AGRICULTURA, ALIMENTACIÓN Y MEDIO AMBIENTE de Espanha, o volume de madeira com casca, de acordo com o 3º Inventario Florestal Nacional, alcança a cifra de 927,76 milhões de m³. A produção média anual de madeira e lenha, segundo os dados disponíveis (2005-2009) foi de 17,19 milhões de m³ com casca – 14,45 milhões de m³ sem casca.

45% da produção média corresponde a cortes de resinosas, 35% de folhosas e 20% são misturas de diversas espécies. As principais espécies produtoras de madeira são o Eucalipto, Pinho Bravo, Pinho Radiata, Pinho silvestre e Choupo, todos com produções anuais próximas ou superiores a 500 mil m³.

Entre 1970 e 2010 a superfície florestal em Espanha aumentou cerca de 6,48 milhões de ha. Entre 1990 e 2010 o crescimento foi de 31%: 4,4 milhões de ha, com um ritmo médio de 210.000 há/ano. É o país da Europa com maior crescimento.

A silvicultura e exploração florestal, a indústria da madeira, e o papel produziram em 2009 um VAB de 6.635 milhões de euros, representando uma contribuição direta de 0,63% ao PIB nacional.

Na silvicultura e exploração florestal somavam em 2013 uma media de 31.000 trabalhadores ativos, enquanto a indústria de base florestal (madeira, cortiça e papel) somava 104.600 ativos.

As florestas de Pinho são normalmente conduzidas em um sistema de Alto-fuste, e podem ser formadas a partir do aproveitamento da regeneração natural, por sementeira ou por plantação.

Nos casos do aproveitamento da regeneração natural e por sementeira, na fase inicial as operações se destinam ao reduzir gradualmente a densidade das plantas para 1200 a 1600 árvores/ha, inicialmente em faixas e depois seletivamente, com gradagem ou roçadas mecânicas ou manuais. A partir dos 10 anos, podem ser feitas desramas (1 a 2) e desbastes (2 a 3) com aproveitamento do material, deixando para um corte final (30 a 40 anos) cerca de 500 a 600 árvores/ha, procedendo-se também ao controlo da vegetação espontânea ao longo da revolução com gradagens ou roçadas mecânicas ou manuais. Nos casos do aproveitamento da regeneração natural, no corte final são deixadas cerca de 25 árvores de grande porte/ha como sementões.

Nos casos de plantação, procede-se a preparação do terreno com gradagem, ripagem e subsolagem, em curva de nível para áreas com declives até 30%, acima do que a preparação e plantação é manual. A densidade do plantio depende da qualidade da estação, de 1200 a 1600 árvores/ha.

A partir dos 10 anos, podem ser feitas desramas (1 a 2) e desbastes (2 a 3) com aproveitamento do material, deixando para um corte final (30 a 40 anos) cerca de 500 a 600 árvores/ha, procedendo-se também ao controlo da vegetação espontânea ao longo da revolução com gradagens ou roçadas mecânicas ou manuais.

A silvicultura do Eucalipto baseia-se na instalação e no corte raso da floresta, normalmente entre os 10 e os 15 anos, com o aproveitamento total da madeira, retirada do local com ou sem casca (Talhada Simples). Prioritariamente é feita a condução em talhadia por mais 1, 2 ou até 3 cortes, procedendo-se a uma seleção de rebentos, após cada corte. A partir do último corte considerado produtivo, a área é então reforestada.

Em povoamentos mistos com o Pinheiro-bravo, o sistema baseia-se num desbaste da floresta de maneira a deixar um percentual de árvores remanescentes para aproveitamento futuro fazendo a condução dos rebentos das cepas das árvores de Eucalipto cortadas (Talhada composta).

Uma plantação de Eucalipto inicia-se com a preparação de terreno, que consiste normalmente no destroçamento e incorporação localizada do material lenhoso existente, seguido de mobilização do solo (gradagem, ripagem, subsolagem).

A fertilização depende da qualidade da estação e das condições do proprietário, sendo a plantação feita com uma densidade que varia idealmente entre 1.100 e 1.300 plantas por hectare. Entre o segundo e o sexto ano é recomendada uma 2ª fertilização e o controlo da vegetação concorrente.

A seleção de rebentos é feita aos dois ou três anos, mantendo um número de varas por hectare correspondente à densidade inicial de plantação.

Na grande maioria dos casos, o corte é efetuado entre os 10 e os 15 anos. O sistema base de exploração assenta na combinação da utilização do trator processador e do trator carregador, normalmente com pré-abate com motosserra.

Em Portugal, segundo o ICNF, em março de 2013, cerca de 44% da área de Floresta (IFN5) estava abrangida por PGF - Planos de Gestão Florestal (cerca de 1.522 mil ha), num total de 2.266 PGFs aprovados, com crescimento de 33% e 45%, respetivamente, relativamente a dezembro de 2011. A elaboração de PGF é uma obrigação legal em algumas propriedades privadas (dependendo da sua dimensão e do definido no respetivo Plano Regional de Ordenamento do Território onde se inserem) assim como nas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

Em Portugal não é necessária autorização específica para o corte, exceto para Sobreiro e Azinheira e para cortes em áreas protegidas ou classificadas. Para o abate de Pinheiros é necessário emitir o manifesto de abate, desramação e circulação de madeira de coníferas (Decreto-Lei nº 123/2015, de 3 de julho), que diz respeito à aplicação das medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP).

Em Espanha, para áreas privadas, se existe PORF (Plano de Ordenamento Florestal) ou instrumentos de gestão, o proprietário deve notificar o corte ao órgão florestal da Comunidade Autónoma (CCAA). Caso contrário, deve comunicar seu Plano de Corte ao órgão florestal da CCAA atendendo a normativa autonómica. As áreas públicas são reguladas pelo órgão florestal da CCAA.

A CITES – Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) lista as seguintes espécies para Portugal e Espanha, sem incluir espécies madeireiras:

Portugal:

<i>Antipathes erinaceus</i>	<i>Stichopathes dissimilis</i>	<i>Stichopathes richardi</i>
<i>Stichopathes robusta</i>	<i>Stichopathes setacea</i>	<i>Leiopathes expansa</i>
<i>Tanacetipathes cavernicola</i>	<i>Tanacetipathes squamosa</i>	<i>Tanacetipathes wirtzi</i>
<i>Paracyathus arcuatus</i>	<i>Leptopsammia formosa</i>	<i>Madracis profunda</i>
<i>Crypthelia medioatlantica</i>	<i>Crypthelia vascomarquesi</i>	<i>Errina atlantica</i>
<i>Errina dabneyi</i>	<i>Lepidopora eburnea</i>	<i>Euphorbia despoliata</i>
<i>Euphorbia longifolia</i>	<i>Euphorbia pedroi</i>	<i>Euphorbia piscatoria</i>
<i>Euphorbia stygiana</i>	<i>Dactylorhiza foliosa</i>	<i>Goodyera macrophylla</i>
<i>Orchis scopulorum</i>	<i>Platanthera micrantha</i>	

Espanha:

<i>Gallotia simonyi</i>	<i>Podarcis lilfordi</i>	<i>Podarcis pityusensis</i>
<i>Aulocyathus atlanticus</i>	<i>Caryophyllia seguenzae</i>	<i>Stephanocyathus crassus</i>

<i>Trochocyathus mediterraneus</i>	<i>Balanophyllia thalassae</i>	<i>Flabellum chunii</i>
<i>Crypthelia affinis</i>	<i>Stylaster ibericus</i>	<i>Euphorbia aphylla</i>
<i>Euphorbia atropurpurea</i>	<i>Euphorbia berthelotii</i>	<i>Euphorbia bourgaeana</i>
<i>Euphorbia bravoana</i>	<i>Euphorbia broussonetii</i>	<i>Euphorbia canariensis</i>
<i>Euphorbia handiensis</i>	<i>Euphorbia jubaephylla</i>	<i>Euphorbia lambii</i>
<i>Euphorbia minuta</i>	<i>Euphorbia navae</i>	<i>Euphorbia petterssonii</i>
<i>Barlia metlesicsiana</i>	<i>Habenaria tridactylites</i>	<i>Ophrys balearica</i>
<i>Ophrys fusca</i>	<i>Orchis canariensis</i>	

Comuns a Portugal e Espanha:

<i>Lynx pardinus</i>	<i>Stichopathes ichardi</i>	<i>Tanacetipathes squamosa</i>
<i>Crypthelia vascomarquesi</i>	<i>Euphorbia longifolia</i>	

Na “Lista Vermelha” do IUCN (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources), são indicadas 891 espécies para os territórios continentais de Portugal e Espanha (Península Ibérica), das quais 76 tem como uma das ameaças a atividade florestal:

<i>Anacyclus pyrethrum</i>	<i>Anarrhinum longipedicellatum</i>	<i>Andrena bucephala</i>
<i>Andrena curtula</i>	<i>Andrena fulva</i>	<i>Andrena gredana</i>
<i>Andrena semilaevis</i>	<i>Antirrhinum lopesianum</i>	<i>Arabis sadina</i>
<i>Armeria rouyana</i>	<i>Arnica montana</i>	<i>Asphodelus bento-rainhae</i>
<i>Bombus reinigiellus</i>	<i>Bunium bulbocastanum</i>	<i>Buprestis splendens</i>
<i>Calopteryx virgo</i>	<i>Candidula belemensis</i>	<i>Candidula najerensis</i>
<i>Centaurea citricolor</i>	<i>Centaurea fraylensis</i>	<i>Centaurea gadorensis</i>
<i>Centaurea pulvinata</i>	<i>Cordulegaster bidentata</i>	<i>Coronopus navasii</i>
<i>Culcita macrocarpa</i>	<i>Cypripedium calceolus</i>	<i>Dactylorhiza elata</i>
<i>Dianthus marizii</i>	<i>Dryopteris corleyi</i>	<i>Elona quimperiana</i>
<i>Epeolus cruciger</i>	<i>Epipactis leptochila</i>	<i>Epipactis phyllanthes</i>
<i>Epipactis purpurata</i>	<i>Erodium rupicola</i>	<i>Eryngium viviparum</i>
<i>Euphorbia nevadensis</i>	<i>Ferula communis</i>	<i>Festuca brigantina</i>
<i>Festuca summilusitana</i>	<i>Flavipanurgus granadensis</i>	<i>Flavipanurgus ibericus</i>
<i>Flavipanurgus venustus</i>	<i>Ionopsidium savianum</i>	<i>Juncus valvatus</i>
<i>Leiostyla ânglica</i>	<i>Lithodora nítida</i>	<i>Luronium natans</i>
<i>Lynx pardinus</i>	<i>Malus sylvestris</i>	<i>Moehringia fontqueri</i>
<i>Narcissus asturiensis</i>	<i>Narcissus cyclamineus</i>	<i>Narcissus triandrus</i>
<i>Neottia nidus-avis</i>	<i>Nomada similis</i>	<i>Oestophora lusitânica</i>
<i>Oestophora silvae</i>	<i>Oestophorella buvinieri</i>	<i>Omphalodes littoralis</i>
<i>Ononis maweana</i>	<i>Paeonia officinalis</i>	<i>Phenacolimax major</i>
<i>Picris willkommii</i>	<i>Pteris incompleta</i>	<i>Ropalopus femoratus</i>
<i>Silene longicilia</i>	<i>Stenagostus laufferi</i>	<i>Suboestophora altamirai</i>
<i>Teucrium charidemi</i>	<i>Thorella verticillato-inundata</i>	<i>Thymus capitellatus</i>
<i>Trissexodon constrictus</i>	<i>Veronica micrantha</i>	<i>Vertigo moulinsiana</i>
<i>Xerocrassa edmundi</i>		

Grupos de Produto	Certificação	Nº Fornecedores	Espécie	Quantidade (t)	%
-------------------	--------------	-----------------	---------	----------------	---

Controlled Feedstock	FSC CW / Origens Controladas PEFC (*)	15	Pinho	75.384,93	81,6
SBP-compliant Primary Feedstock	FSC/PEFC	1	Pinho	2.303	2,5
	PEFC	1	Pinho	88,3	0,1
SBP-compliant Secondary Feedstock	FSC/PEFC	1	Pinho	7.048,79	7,6
	PEFC	1	Pinho	7.580,57	8,2

(*) Material não certificado, controlado no âmbito do Sistema de Gestão da Cadeia de Responsabilidade da empresa, o qual está certificado de acordo com a norma FSC-STD-40-005 Standard for Company Evaluation of FSC Controlled Wood e PEFC ST 2002:2013: Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements.

2.2 Ações desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima

A empresa tem feito contacto direto com cada um de seus fornecedores procurando sensibilizá-los para a importância de fornecerem material certificado (FSC ou PEFC), chamando a atenção das exigências crescentes por parte dos mercados e consumidores acerca da origem legal e sustentável dos produtos florestais, incluindo a biomassa para produção de energia.

O responsável pelas compras de madeira em pé ou em pilha tem também sensibilizado o produtores e proprietários florestais, alertando para as mais-valias de serem a gestão das suas áreas certificadas, seja individualmente, seja através de iniciativas de grupo reconhecidas pela empresa.

Além disto, os responsáveis da empresa têm participado de eventos relacionados com a gestão e certificação florestal, procurando recolher informações e dar seu contributo para o desenvolvimento do assunto, sobretudo em Portugal.

2.3 Programa de amostragem de corte final

Não aplicável. Não utiliza-se biomassa de áreas com expectativa de corte final superior a 40 anos.

2.4 Quantificação da Base de Abastecimento

Base de Abastecimento

- a. Área da Base de Abastecimento: 21,5 milhões ha
- b. Tipo de propriedade: Privada: 15,4 milhões ha Pública: 6,1 milhões ha
- c. Tipologia Florestal: Floresta temperada: 21,5 milhões ha
- d. Tipo de Gestão Florestal: Plantações: 16,9 milhões ha; Natural/Seminatural: 4,6 milhões ha
- e. Áreas Certificadas: FSC: 578.580 ha PEFC: 2.100.686 ha

Matéria-prima

- f. Volume total de matéria-prima: 0 – 200.000 t (92.405,59 toneladas)

- g. Volume de matéria-prima primária: 0 – 200.000 t (20.407,45 toneladas)
- h. Percentagem por categorias de matéria-prima primária:
- Gestão Florestal Certificada por iniciativa aprovada SBP: 11,7 % (2.391,3 t)
 - Não Certificada por iniciativa de Gestão Florestal aprovada SBP: 86,3% (17.608,7 t)
- i. Espécies presentes na matéria-prima primária:
- Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*)
 - Pinho radiata (*Pinus radiata*)
 - Pinho manso (*Pinus pinea*)
 - Eucalipto (*Eucalyptus spp*) – Apenas para produção de energia
- j. Não há matéria-prima com origem em florestas primárias (naturais virgens ou intocadas).
- k. Volume matéria-prima secundária: 71.998,14 toneladas (77,9%)
- l. Não há matéria-prima terciária

3 Exigência para Avaliação da Base de Abastecimento (SBE)

SBE exigida	SBE não exigida
<input type="checkbox"/>	X

Toda matéria-prima florestal consumida é certificada pelo FSC ou PEFC, ou é material não certificado, controlado no âmbito do Sistema de Gestão da Cadeia de Responsabilidade da empresa, o qual está certificado de acordo com a norma FSC-STD-40-005 Standard for Company Evaluation of FSC Controlled Wood e PEFC ST 2002:2013: Chain of Custody of Forest Based Products – Requirements.

4 Revisão do Relatório

4.1 Revisão pelos pares

Este relatório foi enviado para um revisor independente. O período de revisão foi de 10 dias. Os comentários recebidos foram devidamente considerados na edição final do relatório.

O revisor tem formação técnica e superior na área das Ciências Florestais, obtida em universidades na Suécia e no Canadá. Desde 1982 trabalha com diversas empresas e organizações de base florestal na Suécia, Canadá, Suíça e Portugal, onde reside.

Atualmente trabalha em Portugal, Suécia, Noruega e Canadá como Consultor em Gestão, Formação, Representação e Certificação em Recursos Naturais, e também como Auditor das seguintes iniciativas e referenciais: FSC, PEFC, ISO 9001, ISO 14001, ISO 19011, OHSAS 18001 e GAP analysis.

5 Aprovação do Relatório

Aprovação do Relatório da Base de Abastecimento pela direção da empresa			
Elaboração:	Francisco Fernandes Giovanni de Alencastro	Responsável Comercial Consultor	29/01/2016
	Nome	Cargo	Data
Eu, abaixo assinado, confirmo ser Diretor Geral da empresa e afirmo que o conteúdo deste relatório de avaliação foi devidamente reconhecido como sendo preciso antes da sua aprovação e finalização.			
Aprovado por:	José Luís Afonso	Diretor Geral	01/02/2016
	Nome	Cargo	Data

Handwritten signature in blue ink over a stamp that reads "José Afonso & Filhos, SA. O Administrador".